



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Ciências da Educação



CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

CAMILLA REITZ FRANCENER

**A percepção dos servidores em relação à Lei de Acesso à Informação
na Universidade Federal de Santa Catarina**

Florianópolis

2013

CAMILLA REITZ FRANCENER

**A percepção dos servidores em relação à Lei de Acesso à Informação
na Universidade Federal de Santa Catarina**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Biblioteconomia,
do Centro de Ciências da Educação, da
Universidade Federal de Santa Catarina, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Biblioteconomia. Orientação:
Professor William Barbosa Vianna, Dr.

Florianópolis

2013

Ficha Catalográfica elaborada pela graduanda de Biblioteconomia/ Universidade Federal de Santa Catarina. Camilla Reitz Francener

F815p FRANCENER, Camilla Reitz Francener

A percepção dos servidores em relação à Lei de Acesso à Informação na Universidade Federal de Santa Catarina / Camilla Reitz Francener. -- 2013.

xx f. : il. ; 30 cm

Orientador: William Barbosa Vianna

Esta obra é licenciada por uma licença Creative Commons de atribuição, de uso não comercial e de compartilhamento pela mesma licença 2.5



Acadêmico: Camilla Reitz Francener

Título: A percepção dos servidores em relação à Lei de Acesso à Informação na
Universidade Federal de Santa Catarina

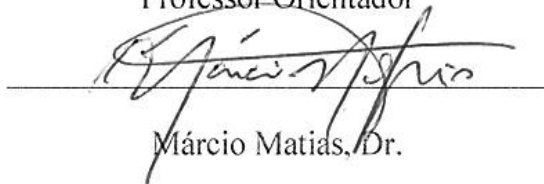
Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Biblioteconomia, do Centro de Ciências
da Educação da Universidade Federal de
Santa Catarina, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia, aprovado com nota
8,5.

Florianópolis, 26 de 11 de 20 13.



William Barbosa Vianna, Dr.

Professor-Orientador



Márcio Matias, Dr.

Membro da Banca Examinadora



Eva Cristina Leite da Silva, Dra.

Membro da Banca Examinadora

Dedico este trabalho aos meus pais,
minha irmã, minhas amigas e meu noivo
que sempre estiveram presentes, apoiando
as minhas decisões e contribuindo nas
minhas escolhas, dando amor e carinho para
seguir em frente.

RESUMO

FRANCENER, Camilla Reitz. **A percepção dos servidores em relação à Lei de Acesso à Informação na UFSC**. 2013. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Departamento de Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

Esta pesquisa visa analisar a percepção dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em sua função de disponibilizar informações com base na Lei do Acesso à Informação sancionada pela Presidenta da República no dia 18 de novembro de 2011. Com um referencial teórico pautado nas reflexões selecionados na literatura científica contribuindo para a compreensão da Lei de Acesso à Informação no cenário brasileiro e internacional, tendo em vista que as leis de acesso à informação existem há mais de 200 anos pelo mundo. Utilizou-se a pesquisa descritiva de caráter exploratório e o método para coleta de dados questionário com abordagens quantitativas e qualitativas. Os resultados evidenciam a necessidade de transparência efetiva na informação pública pois constatou-se uma contradição entre a percepção dos servidores com relação ao estabelecido pela lei e sua competência de filtrar o acesso em vista de possíveis impactos negativos no uso da mesma pelo cidadão, agravado pelo fato da UFSC estar em uma das dez instituições com mais documentos sigilosos. O estudo aponta para necessidade da instituição continuar a migração da cultura do sigilo para a cultura do acesso.

Palavras-chaves: Lei do Acesso à Informação; Informação Pública; Cultura do Acesso; Cultura do Sigilo.

ABSTRACT

FRANCENER, Camilla Reitz. **A percepção dos servidores em relação à Lei de Acesso à Informação na UFSC**. 2013. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Departamento de Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

This research aims to analyze the perception of the employees of Federal University of Santa Catarina (UFSC) in relation to the Access to Information Act, sanctioned by the President of the Republic on November 18th, 2011. With the theoretical references guided by the reflection selected in the scientific literature contributing to the understanding of the Access to Information Act in the Brazilian and international scene, knowing that the laws on access to information exist for more than 200 years in the world. It was used a descriptive research of exploratory nature and the method of survey for collecting data with a quantitative and qualitative approach. The results highlight the need for transparency in public information; it was also observed a contradiction in the perception of the employees in relation to the negative impacts on the citizens' request concerning the reasons. Despite UFSC being on one of the 10 institutions with more confidential documents, the institution is migrating from a culture of secrecy to a culture of access.

Key words: Access to Information Act; Public Information; Culture of Access; Culture of Secrecy.

Lista de Figuras

Figura 1 – Fluxo de trabalho das solicitações de informação na UFSC.....	27
Figura 2 – Demonstrativo do percentual quanto à devolução dos questionários	32
Figura 3 – Palavras evidenciadas nas respostas dos servidores da UFSC.....	43

Lista de tabelas

Tabela 1 – Solicitações que tramitaram na UFSC desde a implantação do SIC/DIG/PROPLAN	28
Tabela 2 – Caracterização dos participantes da pesquisa	34

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Setor atuante dos entrevistados	36
Gráfico 2 – grau de escolaridade dos participantes da pesquisa.....	37
Gráfico 3 – Percepção dos servidores da UFSC sobre suas obrigações	38
Gráfico 4 – Percepção dos servidores quanto a caracterização do servidor público	39
Gráfico 5 – Percepção dos servidores da UFSC quanto a quem é o proprietário da informação	40
Gráfico 6 – Percepção dos servidores da UFSC quanto à prestação do serviço de informações	41
Gráfico 7 – Percepção dos servidores da UFSC quanto o direito de acesso à informação	41
Gráfico 8 – Percepção dos servidores da UFSC quanto aos aspectos positivos da implantação da LAI	42
Gráfico 9 – Percepção dos servidores da UFSC quanto aos impactos negativos da implantação da LAI	43
Gráfico 10 – Percepção dos servidores da UFSC quanto à preparação da administração pública para a LAI	44

Lista de abreviaturas e siglas

BIC - Biotério Central

CCE – Centro Comunicação E Expressão

CED - Centro De Ciências Da Educação

CCJ - Centro de Ciências Jurídicas

CEUA - Comissão de Ética no Uso de Animais

CGU – Controladoria Geral Da União

COPERVE - Comissão Permanente do Vestibular

DIG- Departamento de Informações Gerenciais

E-SIC- Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão

LAI – Lei de Acesso à Informação

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

PROAD – Pró Reitoria de Administração

PROEX – Pró Reitoria de Extensão

PROGRAD – Pró Reitoria de Graduação

PROPESQ – Pró Reitoria de Pesquisa

PROPLAN– Pró Reitora de Planejamento

SEGESP – Secretaria De Gestão De Pessoas

SETIC – Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

SINTER - Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais

SPA - Sistema de Processos Administrativos

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 OBJETIVO GERAL	17
1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
2 REFERENCIAL TEORICO	18
2.1 A INFORMAÇÃO E A CIDADANIA	18
2.2 INFORMAÇÃO PÚBLICA	19
2.3 A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	20
2.4 A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL	22
2.5 DESAFIOS DA LAI BRASILEIRA	23
2.6 O SIC E OS SERVIDORES	24
2.7 A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA UFSC	26
2.7.1 Informações Classificadas	28
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	30
3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	31
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA	32
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	34
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	34
4.2 PERCEPÇÃO	37
4.2.1 A Lei De Acesso À Informação	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERENCIAS	47
APENDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SERVIDORES DA UFSC	50
ANEXO A– MODELO DO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA QUANTITATIVA	54

1 INTRODUÇÃO

A informação é um instrumento fundamental para o exercício efetivo da cidadania, e faz com que cada indivíduo tenha a possibilidade de compreender seus direitos e seus deveres perante a sociedade. Tendo em vista que os setores públicos produzem uma quantidade expressiva de informações de interesse público, é necessário que haja uma seleção e disseminação dessas informações para todos os cidadãos. Para isso, essa gestão pública que conhecemos e que ainda sofre com a burocratização está cada vez mais comprometida a democratizar o acesso à informação.

O direito à informação pública está assegurado pela Lei nº 12.527, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, em que o direito de acesso à informação pública foi previsto na Constituição Federal, no inciso XXXIII do Capítulo I – dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – que dispõe que:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 2011)

A Tecnologia da Informação tem contribuído muito para que a informação chegue aos usuários, especialmente a Internet que é um ambiente em que a disseminação da informação é algo constante. E, para atender esta demanda, segundo a Controladoria Geral da União (CGU) foram criados nos órgãos públicos setores de Serviços de Informação ao Cidadão - SIC para que estes atendam e orientem os cidadãos quanto à informação pública.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) o setor SIC/DIG/PROPLAN – Serviço de Informação ao Cidadão está ativo desde o dia 16 de maio de 2012, conforme determina o Decreto 7724 da Lei nº 12.527. O setor está vinculado ao DIG - Departamento de Informações Gerenciais que por sua vez está ligado à PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento.

Desde a implantação do SIC na UFSC o setor teve como demanda 129 atendimentos que foram repassados para os setores capazes de disponibilizar a informação ao cidadão. Por esta razão, a pesquisa justifica-se pelo fato do SIC

necessitar da colaboração de outros setores administrativos para executar sua função principal: disponibilizar a informação pública produzida na instituição. Portanto, investigar a percepção dos servidores na disponibilização da informação pública é essencial para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação. Levando em consideração a importância dessa lei para os profissionais da informação, uma vez que garante aos usuários acesso e regras para que esse direito seja cumprido é o primeiro passo.

Uma vez que, estes setores precisam oferecer serviços de informação de qualidade ao cidadão a questão que guiou esse estudo foi: “Qual a percepção dos servidores quanto ao acesso à informação pública seguindo as exigências da Lei de Acesso à Informação?”.

1.1 OBJETIVO GERAL

Identificar a percepção dos servidores em relação a sua tarefa de disponibilizar informação com base na Lei de Acesso à Informação para melhoria na transparência pública.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar as normas propostas na Lei de Acesso à Informação no âmbito da UFSC;
- Identificar os setores já solicitados para o cumprimento da lei desde a sua implantação na UFSC; e
- Identificar a percepção dos servidores em relação ao acesso à informação pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é o embasamento do trabalho, pautado nas reflexões sobre a Lei de Acesso à Informação no campo de uma instituição de ensino superior, como também o exercício da cidadania por meio da informação.

2.1 A INFORMAÇÃO E A CIDADANIA

Para entendermos qual a relação entre informação e cidadania precisamos explicar esses termos e suas definições. Ferreira (2008) define cidadão como “indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado” e cidadania como “condição de cidadão”, deste modo cidadania trata-se do exercício dos direitos civis e políticos de um Estado. A informação é definida pelo autor como sendo “[...] Tudo aquilo que, por ter alguma característica distinta, pode ser ou é apreendido, assimilado ou armazenado pela percepção e pela mente humana” (FERREIRA, 2008), porém essa informação precisa fazer sentido para quem está recebendo, do contrário não passará de dados. Consequentemente, toda informação repassada aos cidadãos poderá auxiliá-los a exercer os seus direitos.

Por isso, a informação é o instrumento que todo cidadão deve utilizar para assegurar seus direitos e deveres. O acesso a essas informações está previsto na Declaração Universal de Direitos Humanos (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 1948): que garante que “toda pessoa tem direito de [...] receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Frente a isso, Araújo (1999, p. 155) menciona que

A conquista de direitos políticos, civis e sociais, como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso à informação sobre tais direitos e deveres, ou seja, depende da ampla disseminação e circulação da informação e, ainda, de um processo comunicativo de discussão crítica sobre as diferentes questões relativas à construção de uma sociedade mais justa e com maiores oportunidades para todos os cidadãos.

Da mesma maneira que, Jambeiro, Borges e Sobreira (2007, p. 109) afirmam que “o acesso e uso de informações dos órgãos/ entidades do serviço público contribuem para o desenvolvimento social e o exercício da cidadania”. Neste contexto Uhler (2006, p. 30) cita que

A disseminação aberta e irrestrita da informação do setor publica também promove a melhoria da saúde e segurança públicas e do bem-estar social geral, à medida que os cidadãos se tornem mais bem informados para tomar decisões sobre sua vida cotidiana, seu ambiente e seu futuro.

Diante do que foi exposto, é possível afirmar que a relação entre informação e cidadania é algo que benéfico para o cidadão, tendo em vista que por meio do bom exercício da cidadania podemos melhorar a qualidade de vida do lugar onde moramos.

2.2 INFORMAÇÃO PÚBLICA

Toda a informação produzida pelo Estado é considerada pública (BRASIL, 2011), por isso ela deve ser disponibilizada. Sendo que o direito ao acesso à informação pública é historicamente construído pelas sociedades democráticas (MAZINI, LARA, 2010). Frente a isso, Batista (2010, p. 40) afirma que

Informação pública é um bem público tangível ou intangível, com forma de expressão gráfica, sonora e/ou iconográfica, que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas da administração centralizada, das autarquias e das fundações públicas.

De acordo com Pires, Costa e Cordeiro (2013) é importante que a administração Pública instigue o controle das políticas públicas a partir da informação, tanto no sistema social como no campo científico e tecnológico. Nesse contexto os autores defendem que:

O acesso à informação pública deve ser compreendido como resultado do amadurecimento da teorização sobre governança democrática e de demandas da própria sociedade orientadas pelo ideal emancipatório por direitos geracionais complexos, fruto, portanto, de um projeto de cidadania [...]. (PIRES; COSTA; CORDEIRO, 2013, p.2)

O Estado possui funções que segundo Malin (2006) têm relação direta com os processos de informação (coleta, produção, tratamento e distribuição). Sendo assim, a informação pública é mais do que um simples recurso para a democracia, ela faz parte das funções, ou seja, a informação tem relação direta com as diretrizes do Estado e para garantir que isso aconteça é fundamental uma boa Gestão da Informação.

Portanto, essa informação precisa ser disponibilizada de maneira que o usuário compreenda, pois os órgãos públicos produzem diariamente muitas informações. Para auxiliar nessa missão foi criado E-gov - governo eletrônico- que nada mais é do que a disponibilização dos serviços através da Internet, facilitando assim, a interação usuário e informação. A política de Governo Eletrônico no Brasil parte de três frentes fundamentais:

- a) junto ao cidadão;
- b) na melhoria da sua própria gestão interna;
- c) na integração com parceiros e fornecedores (BRASIL, 2013).

A informação pública, deste modo “é uma construção social, e depende dos atores que a produzem, divulgam e utilizam” (DOWBOR; SILVA, 2006, p. 12). Outro ponto importante nessa questão do acesso à informação pública é o combate à corrupção, pois através de uma legislação que garante o livre acesso aos documentos produzidos e tramitados pelo Estado de maneira transparente o cidadão pode investigar onde e como estão sendo investidos os recursos.

Diante disso, o autor Vianna (2006, p. 147) afirma que essas novas tecnologias nos conduzem a uma “sociedade transparente”. Toda essa transparência por parte dos governos faz com que a administração pública se torne cada vez menos ineficiente e mais ativa, mas isso só ocorrerá se os cidadãos puderem cobrar e controlar seus trabalhos. Frente a isso, Freitas (2003, p. 85) defende que “a Administração Pública tem o dever ético de atuar com transparência, em razão de administrar com recursos oriundos da sociedade em geral”.

2.3 A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

As leis de direito à informação existem pelo mundo há mais de 200 anos, na Suécia, por exemplo, a lei está em vigor desde 1766, depois foi a Finlândia em 1951 e 15 anos mais tarde os Estados Unidos incorporou a lei em sua constituição. Felizmente, esta ação em fazer da informação um bem comum está se tornando algo presente na constituição de muitos outros países como: Noruega, Dinamarca, França, África do Sul entre outros. É possível afirmar então que existem países de todas as regiões do mundo adotando leis de direito à informação (MENDEL, 2009). Até os anos 90 apenas 13

países haviam inserido o acesso à informação como direito ao cidadão, já em 2009 esse número passava de 70.

Na América latina alguns países já possuem leis de acesso à informação como México, Peru, Chile, Colômbia, Equador, Brasil etc. Ainda existem outros países que têm projetos lei que ainda não foram sancionados pelos congressos.

Diante disso, MENDEL (2009, p. 10) declara que “todos os três principais sistemas regionais de direitos humanos – o da Organização dos Estados Americanos, do Conselho da Europa e da União Africana – reconheceram, formalmente, o direito à informação”, indicando, portanto que as maiores potências do mundo também se importam com o acesso à informação e principalmente o direito a ela.

O direito ao acesso à informação também é reconhecido por importantes organizações internacionais, como o Pacto Internacional Dos Direitos Civis E Políticos que em seu artigo 19 diz que: “Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza (...)” (BRASIL, 1992) e a Declaração Interamericana De Princípios De Liberdade De Expressão (item 4) “O acesso à informação mantida pelo Estado constitui um direito fundamental de todo indivíduo. Os Estados têm obrigações de garantir o pleno exercício desse direito” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2000).

Com a aprovação da lei número 12.527/11, chamada de Lei de Acesso à Informação (LAI) houve uma ruptura com a denominada “Cultura do Sigilo” ainda presente em alguns pontos da administração pública. Segundo Alves (2012) o compartilhamento de informações significa a renúncia de uma parcela de poder; logo, o sigilo tratava-se de uma estratégia para manter a influência, e esse pensamento fez com que por muito tempo a administração pública não repassasse as informações aos interessados, no caso os cidadãos, por medo de perder o poder. Outro aspecto é o compartilhamento de informações dentro da própria instituição, pois se a informação encontra-se somente sob o comando de um único servidor fará com que os pedidos de acesso à informação não sigam o fluxo. Logo, na “cultura do acesso”:

Os agentes públicos têm consciência de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva e compreensível e atender eficazmente às demandas da sociedade (CGU, 2011, p. 13).

Essa nova cultura trabalha dentro da impessoalidade, pois não cabe aos servidores decidir o valor ou a necessidade dos usuários em relação à informação solicitada. Assim sendo, a LAI trouxe um novo paradigma à administração pública brasileira, uma vez que as diretrizes dessa lei trazem uma nova percepção sobre informação e cidadania. Da mesma maneira que a LAI tem o objetivo de reduzir a burocratização do acesso à informação, outro ponto negativo da administração pública brasileira.

2.4 A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL

O projeto de Lei de Acesso à Informação pública foi encaminhado à Câmara dos Deputados em 2009, para regulamentar o acesso à informação no Brasil, porém somente em 2010 ele foi conduzido para o Senado. Uma vez no Senado, o projeto ficou parado até final de 2011 quando foi aprovado no dia 25 de outubro de 2011, para que fosse sancionado pela Presidenta da República no dia 18 de novembro de 2011, com o propósito de assegurar o direito previsto na constituição de acesso dos cidadãos às informações públicas e devem ser cumpridos pelos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A CGU criada em 28 de maio de 2003 é o órgão encarregado dos assuntos do Poder Executivo, assim como assegurar que a LAI seja cumprida no âmbito do Executivo Federal. Os outros poderes, portanto não possuem um órgão responsável, sendo este um dos maiores problemas na execução da LAI.

Desde a sua implantação a lei atendeu mais de 95% dos pedidos feitos aos órgãos do Governo Federal (BRASIL, 2013). Até o dia 8 de maio de 2013 o Governo Federal recebeu 87.119 solicitações de informação, sendo São Paulo o Estado com mais demanda (21,04%) e o Órgão com mais ação foi o SUSEP - Superintendência de Seguros Privados – que recebeu mais de 8 mil solicitações, dados extraídos do 1º Balanço da Lei de Acesso à Informação Brasileira (BRASIL, 2013).

A LAI é um dos mecanismos para que seja cumprido o *Programa Brasil Transparente*, que de acordo com a CGU trata-se de um programa para que os direitos previstos na Constituição Federal em relação à transparência e o acesso à informação sejam cumpridos, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei da Transparência (Lei Complementar nº 131/09), e, mais recentemente, a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11). Conforme defende Angélico (2012, p. 25), a transparência não tem apenas relação com fluxo de informação, ela está ligada à qualidade da informação e com o uso dessa informação. Portanto, o uso da transparência nas informações públicas pode trazer muitos benefícios para a cidadania.

2.5 DESAFIOS DA LEI BRASILEIRA

Assim como em todos os outros países que inseriram a LAI como direito garantido pela constituição o Brasil enfrenta desafios na execução dessa lei. Diante disso, Angélico (2012) para melhor explicar dividiu esses desafios em dois grupos: obstáculos de fundo sociocultural e de fundo institucional:

Os obstáculos socioculturais seriam, resumidamente, os seguintes:

- Fraca atuação da sociedade civil;
- Falta de divulgação a respeito do direito à informação;
- Falta de apoio à lei por parte de setores da sociedade, devido ao acesso privilegiado a informações; e
- Ausência de uso prático das possibilidades da lei, com receio de retaliação governamental.

Os obstáculos institucionais estariam vinculados às seguintes questões:

- Inexistência de órgãos exclusivamente dedicados ao direito à informação;
- Quando existem muitos desses órgãos têm baixa autonomia financeira ou administrativa;
- Falta de liderança política, que estaria ligada a problemas administrativos, como falta de autonomia operacional e financeira;
- Obstáculos aos requerentes, como a solicitação de muitos dados de identificação;
- Desconhecimento, por parte de funcionários públicos;

- Não resposta a pedidos de informação e ausência de referência legal de que essa atitude configura violação ao direito à informação;
- Baixo nível de punição por descumprimento da Lei; e
- Limitado alcance da Lei : deixa de fora Poderes ou níveis de governo.

2.6 O SIC E OS SERVIDORES

O papel dos servidores públicos no cumprimento da lei é muito importante afinal será através deles que a informação chegará aos usuários, uma vez que eles são guardiões da informação pública. Em 2011 a CGU e UNESCO realizaram uma pesquisa (MATTA, 2011) aplicada no âmbito do Poder Executivo Federal em que:

A maioria dos servidores reconhece o direito dos cidadãos de requerer e obter praticamente qualquer informação (considerada não sigilosa) do poder público e o dever do Estado de garantir o exercício deste direito e o atendimento das demandas por informação.

Porém, apesar de estarem cientes dessa os servidores ainda sofrem uma certa influencia da cultura do sigilo, e a pesquisa de Matta (2011)

Permite perceber certa dose de desconfiança e receio entre os servidores públicos federais quanto ao uso que os solicitantes (em especial a imprensa) podem fazer das informações solicitadas, o que pode gerar situações em que as informações são exageradamente concentradas nas mãos de determinados indivíduos ou setores.

De acordo com o Artigo 9º da lei 12.527/11 as informações públicas serão disponibilizadas mediante:

I - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:

a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;

b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;

c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações;
e

II - realização de audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou a outras formas de divulgação (BRASIL 2011).

A criação desses serviços nos órgãos e entidades do poder público foi denominado de SICs – Serviço de Informação ao Cidadão no qual os cidadãos poderão recorrer no caso de dúvidas. A divulgação desse serviço de acordo com a lei deve ser feitas através de todos os meios de comunicação e que o serviço tenha uma estrutura física para atender aqueles que não possuírem os recursos tecnológicos. Porém, não apenas os servidores lotados nesses serviços serão responsáveis pela divulgação da informação pública, todo e qualquer servidor da instituição que possuir a informação e puder ajudar no fornecimento da mesma passará a ser um agente no cumprimento da lei.

Para a solicitação presencial é necessário dirigir-se ao SIC do órgão em questão e preencher os formulários, para pessoas físicas (anexo I) e pessoas jurídicas (anexo II) e aguardar o número do protocolo. A solicitação digital é feita através da página www.acessoainformacao.gov.br/sistema/, é necessário se cadastrar depois registrar o pedido para que seja protocolado. Para esse serviço eletrônico o governo conta com o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC - permitindo, portanto que os cidadão solicitem informações de seu interesse sem sair de casa.

A lei 12.527/11, denominada Lei de Acesso à Informação – LAI, e o Decreto 7.724/12 não exigem formação específica dos servidores que trabalham no Serviço de Informação ao Cidadão - SIC. Contudo, segundo a CGU “isso não impede, a princípio, que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal estabeleçam políticas internas de gestão da informação¹” uma vez que, no Artigo 45º dessa lei afirma que “cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em legislação própria obedecida as normas gerais estabelecidas nesta Lei, definir regras específicas”. Porém, grande parte dos servidores públicos do Brasil já tiveram capacitação seja presencial ou virtual, segundo a CGU. Segundo Mendel (2009) vários países, um dos maiores desafios do acesso à informação é a maneira com que os registros se encontram e que os

¹ Informação retirada de um e-mail enviado pela Equipe Técnica de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação da CGU – Controladoria Geral da União.

servidores, na maioria do tempo, não são capazes de localizar os registros que deveriam servir como fonte para o fornecimento da informação.

2.7 A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA UFSC

Na UFSC o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), está em vigor desde que a lei foi decretada. O SIC é subordinado ao Departamento de Informações Gerenciais (DIG) que consequentemente faz parte da Pró-reitoria de Planejamento (PROPLAN), sendo assim sua sigla é SIC/DIG/PROPLAN.

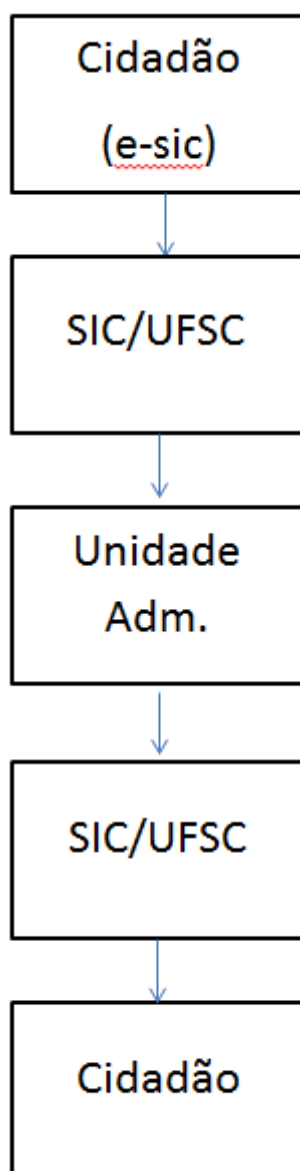
Conforme exige a lei, o setor foi criado para atender ao cidadão quanto suas necessidades informacionais em relação à administração pública da instituição. O setor é formado por três servidores:

- Gestor Institucional: Prof. Carlos Antônio Oliveira Vieira;
- cadastrador: Sérgio Roberto Pinto da Luz; e
- respondente: David José Caume.

Segundo o Manual do E-SIC o gestor Institucional é responsável pela atualização de dados e autorizações de perfis no sistema, o cadastrador é o servidor que trata dos cadastros e perfis de terceiros no sistema e o respondente é o servidor que consulta, encaminha, prorroga, exporta e responde as solicitações via sistema.

A solicitação de informação feita pelo cidadão possui um fluxo de tramitação dentro da instituição (figura 1). No caso da UFSC o usuário faz o pedido através do E-SIC, em que o sistema gera um número de protocolo que é cadastrado no Sistema de Processos Administrativos (SPA) utilizado pela UFSC, e a solicitação tramita dentro da instituição de acordo com a necessidade até que se tenha uma resposta que é encaminhada para o SIC/DIG/PROPLAN o setor envia a resposta para o cidadão, segundo Caume (2013).

Figura 1 – Fluxo de trabalho das solicitações de informação na UFSC



Fonte: Curso de Capacitação SEGESP/UFSC

Desde a implantação do SIC/DIG/PROPLAN, segundo Caume (2013) foram atendidos até o dia 11 de junho de 2013, 129 solicitações que tramitaram dentro da instituição (tabela 1).

Tabela 1 – Solicitações que tramitaram na UFSC desde a implantação do SIC/DIG/PROPLAN

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO - TRAMITAÇÃO INTERNA (16/05/2012 - 11/06/2013)		
SETOR	Nº PEDIDOS	%
BIOTÉRIO CENTRAL	5	3,88
CCE	3	2,33
CCJ	1	0,78
CDS	2	1,55
CED	1	0,78
CEUA	5	3,88
COPERVE	1	0,78
CURSO ARQUIVOLOGIA	1	0,78
CURSO PÓS-GRAD. ADMINISTRAÇÃO	2	1,55
CURSO PÓS-GRAD. ENG. PRODUÇÃO	3	2,33
DEPTO. FILOSOFIA	1	0,78
DIREÇÃO CAMPUS CURITIBANOS	1	0,78
GABINETE DA REITORIA	16	12,40
PROAD	22	17,05
PROEX	2	1,55
PROGRAD	16	12,40
PROPESQ	1	0,78
PROPG	4	3,10
PROPLAN	12	9,30
SEGESP	27	20,93
SETIC	2	1,55
SINTER	1	0,78
TOTAL	129	100,00

Fonte: Curso de Capacitação SEGESP/UFSC

A instituição também enfrenta desafios, segundo o servidor respondente Caume (2013) em parte estão relacionados com o sistema de gestão de processos que a UFSC utiliza e problemas institucionais, por exemplo, existe divergências na apresentação dos prazos da lei com os prazos de processos administrativos em geral apresentados pelo sistema e a falta/ recusa de uso do sistema por parte dos servidores.

2.1.1 Informações Classificadas como sigilosas

Conforme relatório da CGU, a UFSC encontra-se em oitavo lugar no ranking das 10 instituições públicas do Brasil com maior dados classificados como sigilosos, são

869 documentos com grau de sigilo. Segundo a LAI esses documentos são “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”.

Mesmo após a reclassificação solicitada pela CGU a UFSC permaneceu com 869 documentos listados como sigilosos.

A maioria desses documentos — 866 — estão classificados como "reservados", significando que podem ser mantidos sob sigilo por até cinco anos. Nenhum desses documentos foi classificado como "ultrassecreto", o que implicaria em 25 anos de sigilo, podendo ainda ser renovado por mais 25 anos.

Segundo Carlos Vieira - chefe de gabinete e gestor do Serviço de Informação ao Cidadão da UFSC em entrevista ao Jornal Diário Catarinense “a maioria do material classificado como sigiloso envolve propriedade intelectual [...] Decidimos proteger a informação para impedir que alguém pegue esse conhecimento e gere um produto antes mesmo de a UFSC ter concluído a pesquisa”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta secção serão apresentados os procedimentos metodológicos que têm como principal objetivo auxiliar na coleta e tratamento dos dados, bem como a elaboração das conclusões originários deste processo.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Uma pesquisa em geral, se dá a partir de o questionamento sobre um determinado problema que precisa ser solucionado. Diante disso Cervo e Bervian (1983, p.50) afirma que a pesquisa “é uma atividade voltada para a solução de problemas, através do emprego de processos científicos” nesse sentido os autores defendem que é necessário que haja um método sendo este definido como “ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado”. Portanto, para que seja possível alcançar um resultado é preciso seguir uma metodologia e a construção dessa metodologia depende do objeto de pesquisa.

A pesquisa está inserida na área da Ciências Sociais Aplicadas e na subárea da Ciência da Informação. A metodologia escolhida para esta pesquisa é do tipo descritiva que segundo Gil (1987, p.103) “tem o objetivo de descrever as características de uma determinada população entre variáveis”. Tendo em vista que esse tipo de pesquisa é caracterizada também pela utilização de técnicas de coletas de dados como questionários e observação. A pesquisa descritiva pode ainda ser dividida em diversas áreas que neste caso se caracterizará como um estudo de caso.

Segundo Cervo e Bervian (1983, p.57) o estudo de caso “é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade para examinar aspectos variados de sua vida” o que se aplica a presente pesquisa visa analisar um grupo de servidores em relação ao acesso à informação pública e a lei que garante esse direito. Diante do exposto os autores Wesley e Jabbour (2011, p. 13) defendem que “o estudo de caso é o método mais adequado para conhecer em profundidade todas as nuances de um determinado fenômeno organizacional”.

A pesquisa realizada é de caráter misto concomitante, uma vez que de acordo com Creswell (2007, p. 33) é o procedimento no qual:

o pesquisador faz a convergência de dados quantitativos e qualitativos a fim de obter uma análise ampla do problema de pesquisa. Neste projeto, o investigador coleta as duas formas de dados ao mesmo tempo durante o estudo e depois integra as informações na interpretação dos resultados gerais.

3.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O autor Barbetta (1994, p.15) defende que “nas pesquisas científicas, também precisamos coletar dados que possam fornecer informações capazes de responder às nossas indagações”.

Para que a coleta seja feita com êxito é necessário utilizar de métodos específicos que visem chegar ao resultado esperado, em meio os vários métodos existentes destaca-se aqui o questionário, instrumento escolhido para esta pesquisa. Para essa escolha levou-se em conta que esse tipo de instrumento adaptar-se melhor as necessidades da amostra. O questionário, fazendo parte do apêndice A, foi elaborado com o fim de buscar variáveis quantitativas e qualitativas, com 11 questões fechadas e 4 abertas oferecendo, portanto, a possibilidade do servidor se manifestar.

Para alcançar a amostragem definida foram enviados cinquenta e seis questionários, sendo devolvidos quatorze, representando 26%, o que pode ser considerado um baixo índice de retorno. Entretanto, não satisfeita com o índice de retorno dos questionários, alterou-se o critério de distribuição para todos os setores que obtiveram uma ou mais solicitações, com isso a amostra passou a ser de oitenta e dois servidores, sendo devolvidos trinta e três questionários, representando 40%, o que pode ser considerado um bom índice de retorno comparado com o primeiro, conforme mostra figura 2.

Figura 2 – Demonstrativo do percentual quanto à devolução dos questionários

Fonte: dados da pesquisa: 2013

Os questionários foram enviados através de correio eletrônico para os 82 servidores lotados no setores que tiveram mais uma solicitação. Para a coleta de dados foi utilizado um aplicativo do Google que funciona totalmente on-line. Esta ferramenta proporciona a elaboração de enquetes on-line de forma rápida e segura, facilitando o envio e tratamento dos dados, um dos critérios que mais influenciaram no momento da escolha foi à flexibilidade na elaboração das questões e a segurança na obtenção dos dados. Visando padronizar o envio do questionário foi criada uma mensagem que encabeçava o e-mail e logo abaixo foram colocados os links que davam acesso as questões. O acesso aos e-mails dos servidores se deu através do catalogo online disponível para os usuários do Webmail utilizado pela UFSC.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

Uma pesquisa é composta por diversos fatores que garantem sua credibilidade diante de seus pares para isso o pesquisador precisa dispor de vários critérios que possibilitam validar seus resultados. Um destes critérios é a seleção da população alvo da pesquisa.

Para definir a amostra foi realizado um levantamento preliminar dos setores que obtiveram demanda com a LAI desde a sua implantação até o dia 11 de junho de 2013, seguindo o critério que participarão da pesquisa dos setores que alcançaram um ou mais pedidos de informação. Diante disso verificou-se que quatorze setores possuem essa especificação, são eles: Biotério Central, Comissão de Ética no Uso de Animais, Gabinete da Reitora, Pró-Reitoria de Administração, Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Planejamento, Secretaria de Gestão de Pessoas, Centro de Desportos, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Administração, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Pós Graduação e Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Esta etapa garantiu a análise dos dados, os resultados foram analisados utilizando como base os conceitos dispostos na revisão de literatura amparados na metodologia científica escolhida para a pesquisa.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

Caracterizar a população possibilita ao pesquisador diferenciar os indivíduos que fazem parte desta comunidade. Portanto, neste item serão abordadas as cinco questões iniciais, onde buscou-se caracterizar a faixa etária, gênero, tempo no serviço público federal, grau de escolaridade e lotação.

Tabela 2 – Caracterização dos participantes da pesquisa

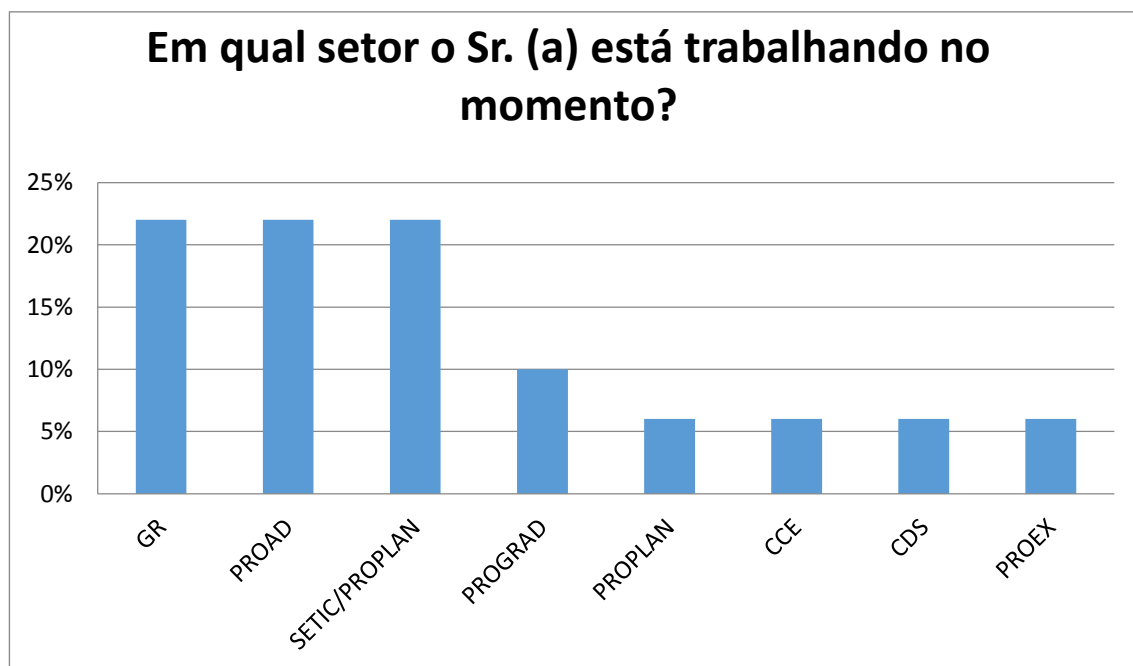
Variável	Frequência	Percentual
Gênero		
Feminino	17	52
Masculino	16	48
Total	33	100
Faixa etária		
18 a 25 anos	8	24
26 a 35 anos	8	24
36 a 45 anos	3	9
46 a 55 anos	5	15
56 a 65 anos	9	28
Total	33	100
Faixa de tempo como servidor federal		
Menos de 1 ano	10	30

de 1 a 5 anos	7	22
de 6 a 10 anos	3	9
de 11 a 20 anos	4	12
de 21 a 30 anos	4	12
de 31 a 40 anos	5	15
mais de 40	0	0
Total	33	100

Fontes: dados da pesquisa: 2013

Dentre as respostas constatou-se que a população da pesquisa é constituída de 52% do sexo feminino e 48% por indivíduos do sexo masculino. Com relação à faixa etária a amostra apresenta uma faixa etária entre 18 a 66 anos e que a faixa predominante está entre 56 aos 65 anos. Entretanto, diante dos dados em relação a faixa de tempo no serviço público, predominando a faixa de menos de 1 ano, foi possível afirmar que os servidores pesquisados possuem uma maior experiência de vida pessoal, contudo pouca experiência junto a instituição federal.

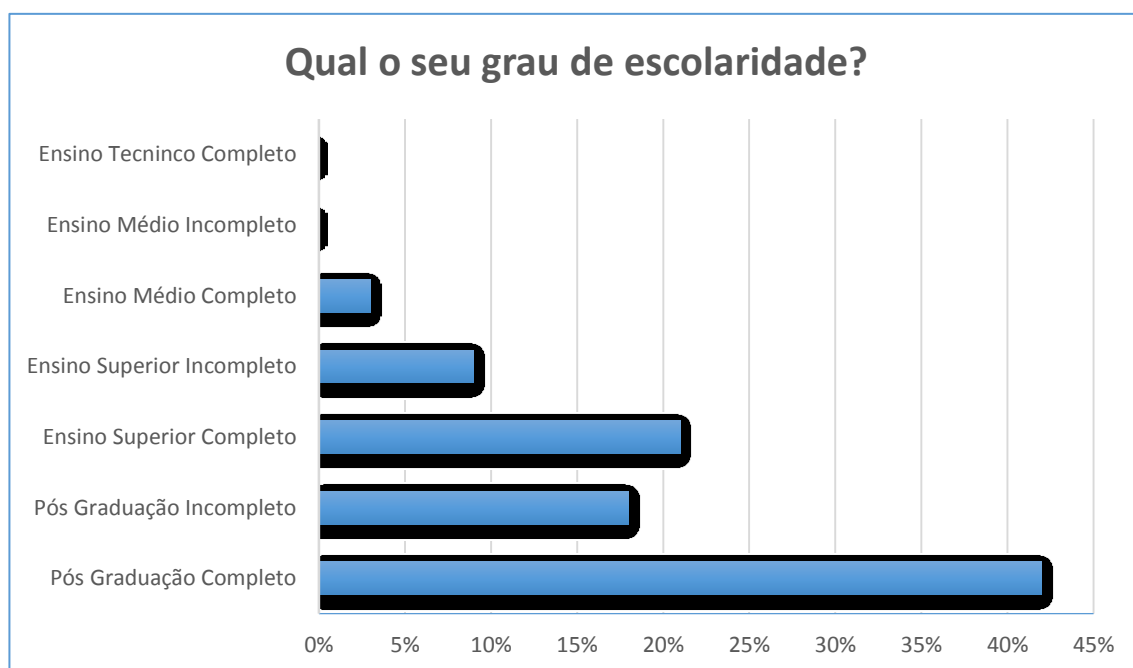
Gráfico 1 – Setor atuante dos entrevistados



Fonte: dados da pesquisa: 2013

Dentre as respostas averiguou-se que dos 18 servidores respondentes, 66% pertencem aos setores: Gabinete da Reitora (GR), Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC/PROPLAN) com 22% cada um, seguidos pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/UFSC) com 10% e outros 24% distribuídos igualmente entre Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Centro de Desportos (CDS), Centro de Comunicação e Expressão (CCE).

Em relação ao grau de escolaridade dos indivíduos que compõem a amostra procurou-se identificar qual o grau de instrução dos indivíduos pertencentes à população, os resultados estão descritos no gráfico 2.

Gráfico 2 – grau de escolaridade dos participantes da pesquisa

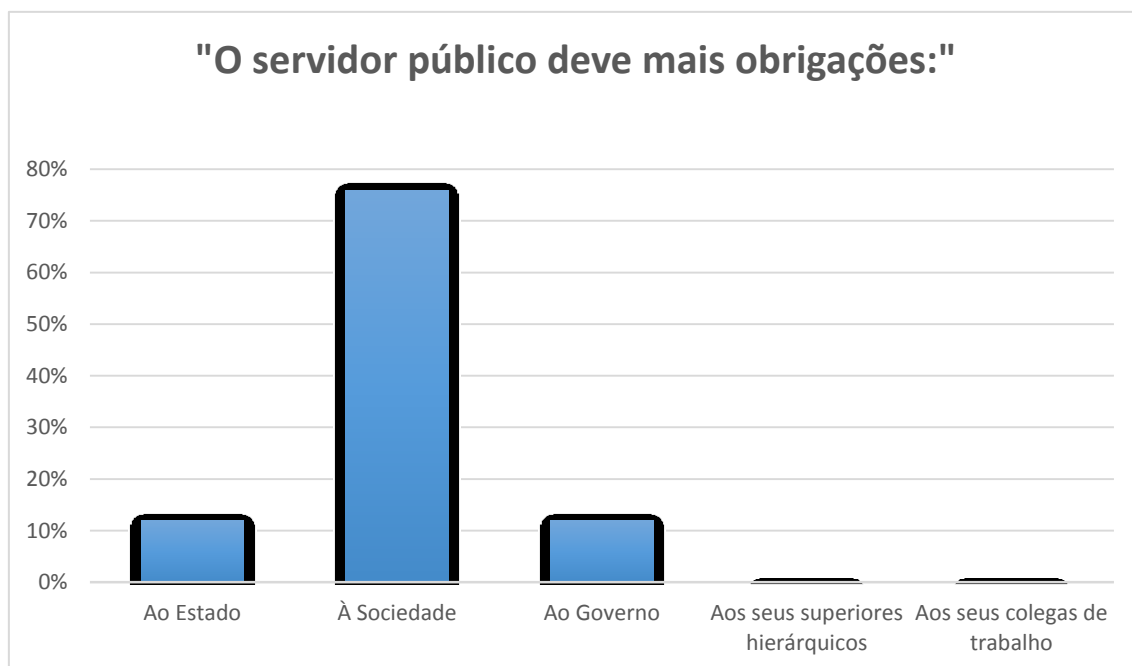
Fonte: dados da pesquisa:2013

Foi possível observar que 42% dos servidores possuem curso de Pós- Graduação Completa seguido por 21% com ensino superior completo. Verificou-se que o grau de escolaridade que fornece as informações ao cidadão é alto.

4.2 PERCEPÇÃO

Quando questionados sobre a quem o servidor público deve mais obrigações a maioria dos servidores considerou a sociedade, conforme gráfico 3.

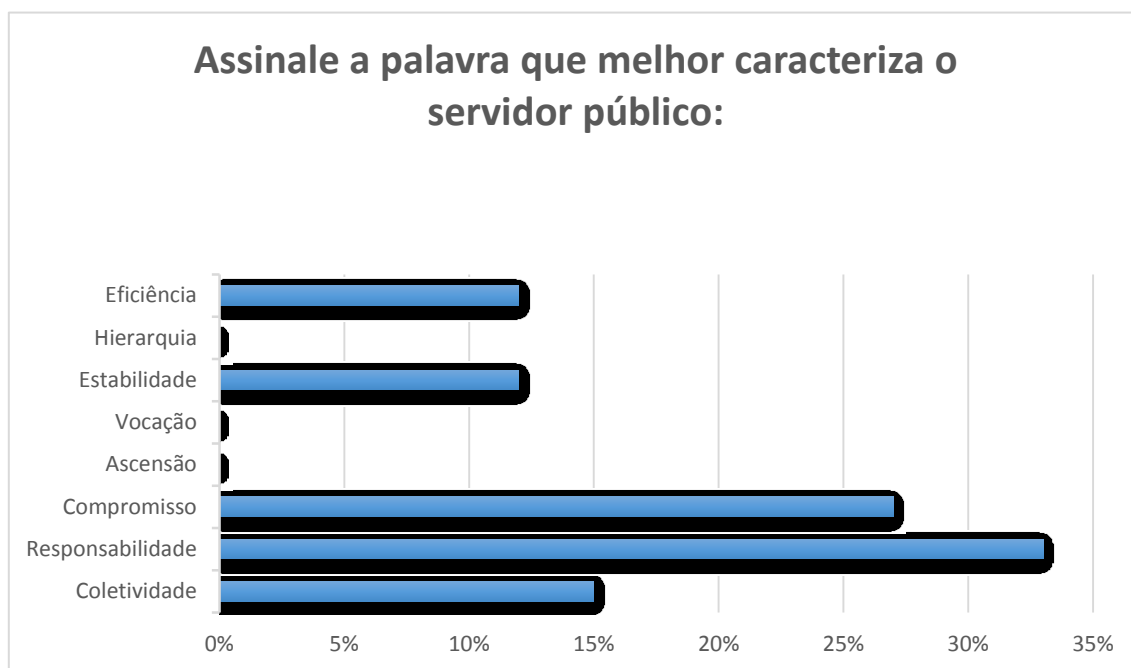
Gráfico 3 – Percepção dos servidores da UFSC sobre suas obrigações



Fonte: dados da pesquisa:2013

Assim como na pesquisa realizada pela CGU, os servidores da UFSC respondentes o servidor também não apresentam dúvidas quanto ao seu papel de estar a serviço do cidadão. Freitas (2003, p. 79) explica ainda que “a atividade dos agentes públicos é buscar atender a vontade da sociedade”.

Os servidores foram questionados quanto a palavra que melhor caracteriza o servidor público a maioria dos respondentes afirmam ser “responsabilidades” e “compromisso” com 33% e 27% respectivamente, conforme gráfico 4.

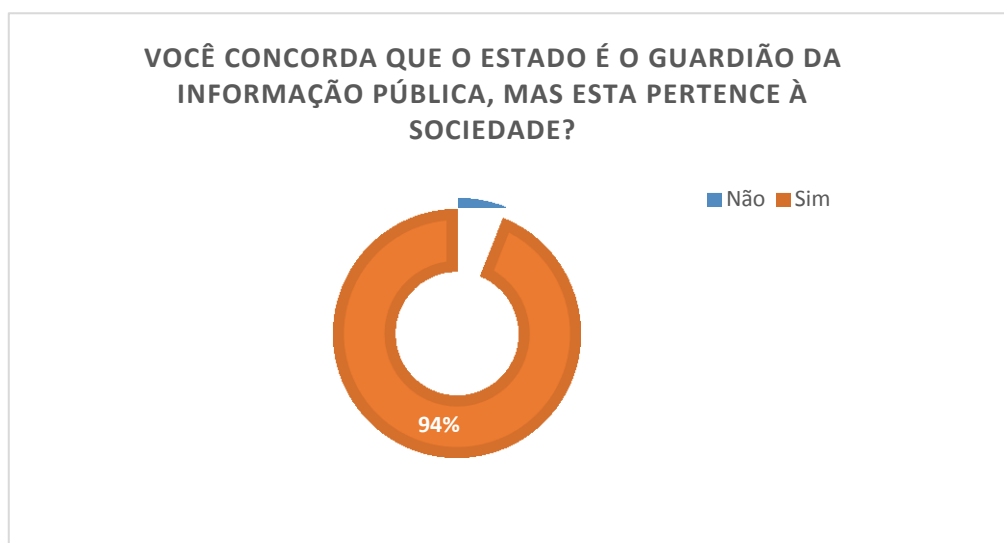
Gráfico 4 – Percepção dos servidores quanto a caracterização do servidor público

Fonte: dados da pesquisa: 2013

É possível, portanto, afirmar que os servidores acreditam ter responsabilidades junto à sociedade, pois dos onze servidores que se definem como “responsabilidade” sete acreditam que os mesmos devem obrigações à sociedade.

Ao abordar sobre as percepções dos servidores em relação ao domínio público da informação, a pesquisa aponta que a maioria dos respondentes acredita que Estado é o guardião da informação pública, mas esta pertence à sociedade, conforme gráfico 5. Tendo em vista, que toda a informação produzida pelo Estado é considerada pública (BRASIL, 2011).

Gráfico 5 – Percepção dos servidores da UFSC quanto a quem é o proprietário da informação



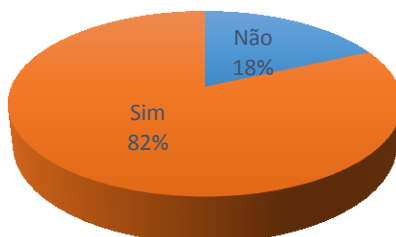
Fonte: dados da pesquisa:2013

Quanto à prestação do serviço de informações, 82% dos servidores concordam que caso o funcionário se negue a prestar ele deve ser responsabilizado, conforme gráfico 6. Com isso, é possível concluir que o servidor tem consciência que a informação deve ser disseminada, uma vez que ela não pertence ao Estado e, sim da sociedade. Sendo assim, não existe razão para ela não ser fornecida ao cidadão, a não ser aquelas classificadas como sigilo, com isso 88% dos respondentes concordam que todo cidadão tem o direito de acesso a informação, ou seja, aquela não classificada como sigilo, sem precisar justificar. A pesquisa aponta também que na UFSC estamos em processo de ruptura com a “cultura do sigilo”, visto que os servidores têm consciência da importância da “cultura de acesso” ao disseminar a informação pública.

Porém, o relatório apresentado pela CGU se mostra contrário, uma vez que a UFSC permanece entre as 10 instituições com mais processos classificados sigilosos.

Gráfico 6 – Percepção dos servidores da UFSC quanto à prestação do serviço de informações

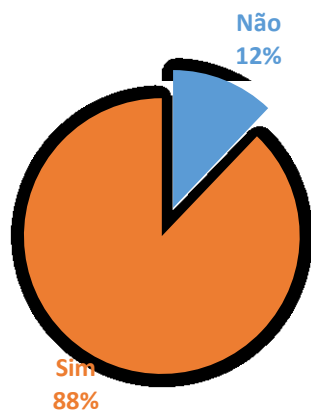
Você crê que o funcionário que se negue a prestar informação solicitada por um cidadão deve ser responsabilizado por isso?



Fonte: dados da pesquisa:2013

Gráfico 7 – Percepção dos servidores da UFSC quanto o direito de acesso à informação

VOCÊ CONCORDA QUE TODO CIDADÃO TEM O DIREITO DE ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA (OU SEJA, AQUELA NÃO CLASSIFICADA COMO SIGILOSA), SEM PRECISAR JUSTIFICAR SUA SOLICITAÇÃO?

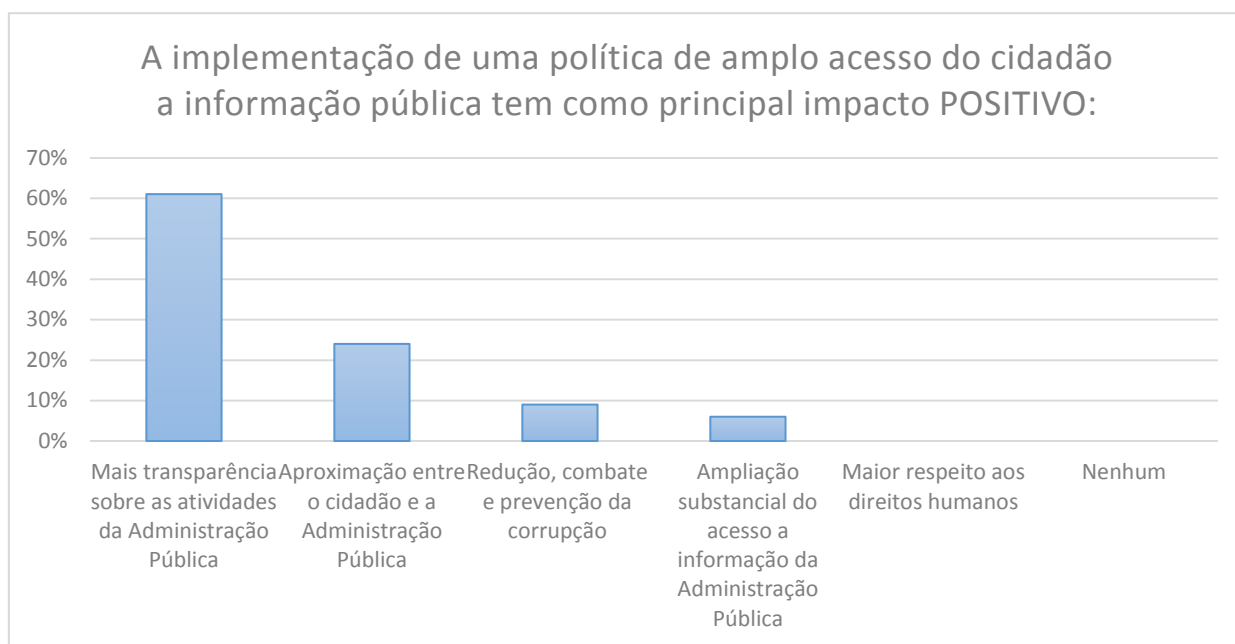


Fonte: dados da pesquisa:2013

4.2.1 A Lei de Acesso à informação

Quando questionados sobre os impactos positivos na implantação de uma política de amplo acesso do cidadão a informação pública, os servidores apontaram que esta lei fortalece Administração Pública, pois 61% afirmaram que essa política possibilita “Mais transparência sobre as atividades da Administração Pública” seguido por outros 24% que acreditam que a lei fará/criará uma “aproximação entre o cidadão e a Administração Pública”, conforme gráfico 8. Diante disso, a pesquisa aponta indícios de uma ruptura com a “cultura do sigilo” na UFSC.

Gráfico 8 – Percepção dos servidores da UFSC quanto aos aspectos positivos da implantação da LAI

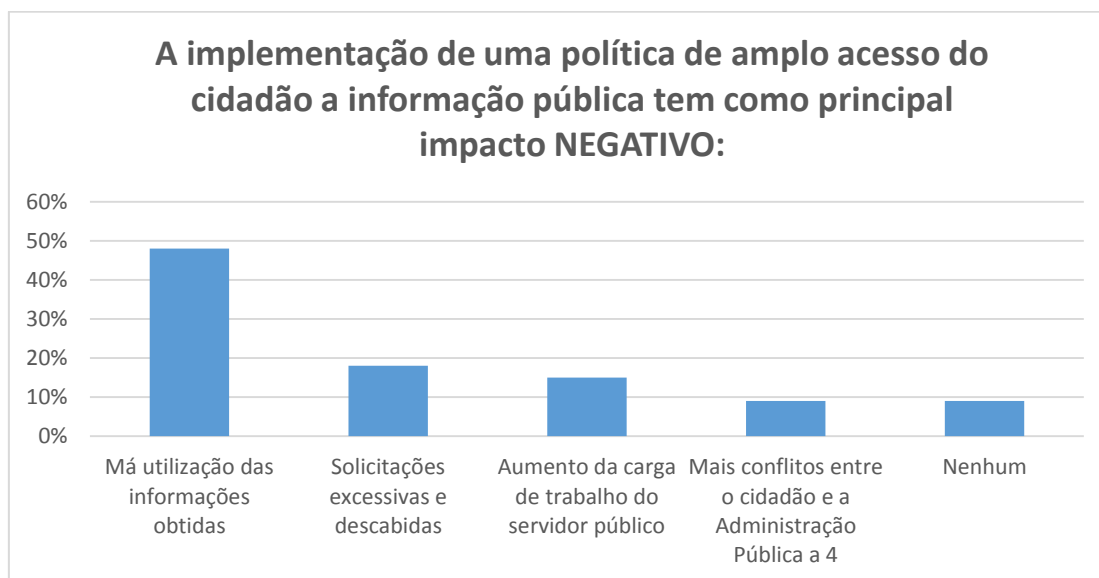


Fonte: dados da pesquisa: 2013

Quanto aos aspectos negativos os servidores mostram-se receosos quanto à utilização da informação obtidas, pois 48% acredita que com a lei haverá “má utilização das informações obtidas” (gráfico 9). Diante disso, a pesquisa apresenta uma contradição entre o servidor saber que a informação é pública e ao mesmo tempo querer controlar o seu uso ou ainda que essas solicitações possam ser descabidas. Portanto, neste aspecto a pesquisa aponta que a “cultura do sigilo” ainda está presente no cotidiano dos servidores respondentes, pois a “cultura do acesso” trabalha na

impessoalidade, ou seja, a decisão do que fazer com informação cabe somente ao cidadão.

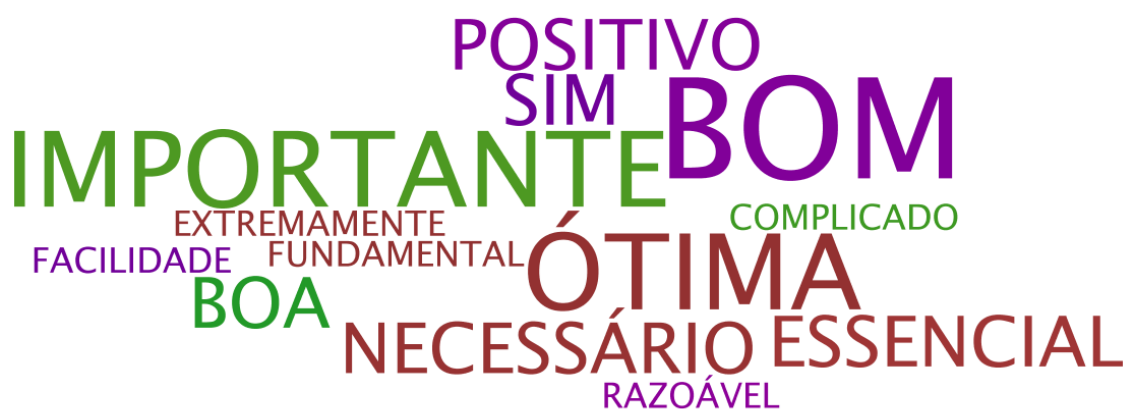
Gráfico 9 – Percepção dos servidores da UFSC quanto aos impactos negativos da implantação da LAI



Fonte: dados da pesquisa: 2013

Em relação a regularização de regras dispostas na LAI para o acesso à informações públicas a pesquisa demonstrou que a percepção dos respondentes foi predominantemente no sentido de considerar importante a criação e a execução de tais regras, conforme apresentado na figura 3 as palavras mais descritas pelos servidores.

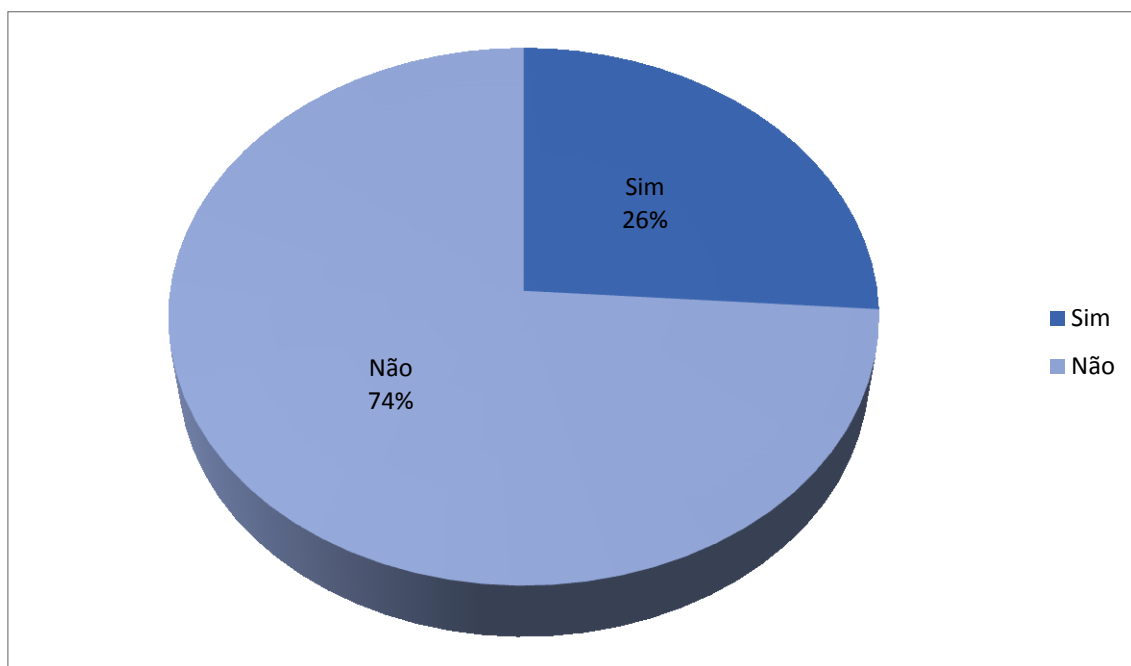
Figura 3 – Palavras evidenciadas nas respostas dos servidores da UFSC



Fonte: dados da pesquisa: 2013

Com o propósito de saber a percepção dos servidores em relação a preparação da Administração Pública para o cumprimento da Lei de Acesso à Informação levantou-se a seguinte questão: “Você considera que a administração pública está preparada para cumprir essa lei? Por quê?”, conforme gráfico 10.

Gráfico 10 – Percepção dos servidores da UFSC quanto à preparação da administração pública para a LAI



Fonte: dados da pesquisa: 2013

O total de respondentes para esta questão foi de 23 indivíduos, dentre as respostas constatou-se que 74% consideram que a Administração Pública não está preparada, os resultados estão dispostos no gráfico 10. Dentre as justificativas foi possível classificar em duas categorias, a lei e a administração pública. Sobre a lei os respondentes justificam que falta divulgação e clareza, quanto à administração pública o argumento é que falta estrutura, organização e interesse dos servidores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estudo foi possível destacar que os servidores apontam que a Lei traz mais transparência sobre as atividades da Administração Pública, portanto o cidadão pode por meio de acesso à informação exercer melhor sua cidadania.

Diante das normas propostas por essa lei é possível destacar a preocupação do Governo Federal em disponibilizar a informação pública e gerenciar regras para o acesso das informações sigilosas. A lei que se aplica aos três poderes não trata apenas do acesso à informação, mas também a sua divulgação.

Entretanto, conforme as respostas para as perguntas “A implementação de uma política de amplo acesso do cidadão a informação pública tem como principal impacto NEGATIVO:” e “Você concorda que todo cidadão tem o direito de acesso à informação pública (ou seja, aquela não classificada como sigilosa), sem precisar justificar sua solicitação?” constatou-se uma contradição na percepção dos servidores em relação ao direito à transparência e à informação.

Apesar do servidor identificar a importância da disseminação da informação ele ainda parece querer controlar o seu uso ou mesmo filtrar a sua disponibilização.

A pesquisa aponta para necessidade da administração pública se adaptar efetivamente às exigências da Lei para que haja uma ruptura definitiva com a “cultura do sigilo” e que a “cultura do acesso” passe a ser regra e não exceção. Para isso, propõe-se que a administração ofereça mais capacitação, conscientização que impactem na cultura organizacional no que diz respeito a disseminação da informação pelos servidores, pois os mesmos são apenas guardiões.

Dessa forma o estudo identificou que nem sempre a conscientização declarada com relação a Lei de Acesso à Informação se traduz em prática sem juízo quanto ao uso como se pode verificar na análise dos resultados.

Nesse sentido é desejável uma ampliação da investigação por meio do monitoramento do fluxo de informação quanto a efetividade de sua transparência, ou seja, se de fato a informação solicitada foi alcançada pelo cidadão.

Nesse sentido, a efetivação da LAI pode ser apoiada pela aplicação/adequação de questionários como o desse estudo, tanto para os servidores quanto para os cidadãos ao longo do processo de monitoramento e avaliação da implantação da Lei de Acesso à Informação.

Além disso o estudo também aponta para a necessidade de ampliação do treinamento dos servidores quanto ao exercício pratico de disponibilizar em tempo hábil a informação solicitada tendo em vista uma mudança na cultura institucional.

Por fim, a pergunta sobre qual a percepção dos servidores em relação a Lei do Acesso à Informação foi respondida pela análise das normas no capitulo 2.3 – Lei do Acesso à Informação; pela identificação dos setores já solicitados para o cumprimento da lei desde a sua implantação na UFSC apresentados nas tabela 1 e pela identificação percepção dos servidores discutida nessas considerações.

Portanto, foi possível Identificar a percepção dos servidores em relação ao à sua tarefa de disponibilizar informação com base na Lei do Acesso à Informação e extrair indicações para melhoria prática no cumprimento da lei na UFSC, considerando-que o objetivo foi alcançado.

REFERENCIAS

- ALVES, Marília Souza Diniz. **Do sigilo ao acesso:** análise tópica da mudança de cultura. **Rev. TCEMG**, Belo Horizonte; n. esp., p. 120-134, 2012. Disponível em: <<http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1683.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2013.
- ANGÉLICO, Fabiano. **Lei de acesso à informação pública e seus possíveis desdobramentos à accountability democrática no brasil.** 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.academia.edu/1906158/Lei_de_Acesso_a_Informacao_Publica_e_seus_posssiveis_desdobramentos_para_a_accountability_democratica>. Acesso em: 18 jun. 2013.
- ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n. 2, p.155-167, maio/ago.1999.
- BATISTA, Carmem Lúcia. **Informação pública:** entre o acesso e a apropriação socail. 2010. 202 f. Dissertação (Pós-graduação) - Departamento de Novas Perspectivas no Processamento e Divulgação de Informações Públicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BRASIL. Controladoria Geral da União. **Acesso à informação pública:** uma introdução à Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. Imprensa Nacional: Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.pgr.mpf.gov.br/acesso-a-informacao/CartilhaAcessoInformacao.pdf> Acesso em: 11 jun. 2013.
- _____. **Manual e-sic:** guia SIC. [S.l.]: Controladoria Geral da União, 2012. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/acessoainformacaogov/espaco-gestor/arquivos/manual-e-SIC-guia-sic.pdf> Acesso em: 9 jun. 2013.
- _____. **Lei n. 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm Acesso em: 11 jun. 2013.
- _____. **DECRETO Nº 592**, de 6 de julho de 1992. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/pacto_dir_politicos.htm. Acesso em: 10 de jun. de 2013.

CAUME, David José. Acesso à informação na UFSC: principais dispositivos legais e operacionalização administrativa. In: **CURSO DE CAPACITAÇÃO SEGESP/UFSC**, 2013.

CGU. Controladoria Geral da União. **Dúvidas a respeito da aplicabilidade da LEI**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <camillafrancener@hotmail.com>. em: 22 maio 2013.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm Acesso em: 04 de jun. de 2013.

DOWBOR, Ladislau; SILVA, Hélio. Redes de informação para cidadania. **Interface**s: Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade, São Paulo, v. 5, n. 2, p.1-25, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.sp.senac.br/index.php/ITF/article/view/69>>. Acesso em: 15 de jun. de 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2008

FREITAS, Xedes Ribeiro. **O comportamento ético-profissional dos servidores da administração pública estadual** : um estudo de caso no Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2003. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PCAD0551.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2013.

JAMBEIRO, Othon; BORGES, Jjussara; SOBREIRA, Rosane Vieira. Políticas e gestão da informação pública: o caso da Prefeitura de Salvador. **Inf. & Soc.**: Est., João Pessoa, v. 17, n. 2, p.109-118, maio/ago. 2007.

MALIN, Ana Maria Barcellos. Gestão da Informação Governamental: em direção a uma metodologia de avaliação. **Datagramazero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 5, out. 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out06/Art_02.htm>. Acesso em: 15 jun. 2013.

MATTA, Roberto da. **Sumário Executivo** : Pesquisa diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no poder executivo federal brasileiro. Brasília: Controladoria Geral da União, 2011. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/SumarioPesquisaAcessoInformacao/SUMARIO_FINAL.pdf>. Acesso em: 18 de jun.2013.

MAZINI, Elizabeth Sardelli; LARA, Marilda Lopes Ginez de. Novas perspectivas no processamento e divulgação de informações públicas. **Transinformação**, Campinas, p.247-253, set./dez. 2010.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação**: um estudo de direito comparado. 2.ed. Brasília: UNESCO, 2009. 172 p.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração de princípios sobre Liberdade De Expressão**, de outubro de 2000. Disponível em:
<<http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/s.Convencao.Libertade.de.Expressao.htm>>
Acesso em: 10 de jun. de 2013.

PIRES, Maria Coeli Simões; COSTA, Mila Batista Leite Corrêa da; CORDEIRO, Caio Barros. **Acesso à informação pública, responsabilidade estendida e novos desafios à luz do modelo de governança democrática**. Belo Horizonte, 2013. Seção Pronunciamentos e Artigos. Disponível em:
<[www.casacivil.mg.gov.br/userfiles/file/Gerenciado/palestras-pronunciamentos/Artigo CONSAD - Acesso à Informação Pública.pdf](http://www.casacivil.mg.gov.br/userfiles/file/Gerenciado/palestras-pronunciamentos/Artigo%20CONSAD%20-%20Acesso%20%C3%A0%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Acesso à Informação**. Disponível em: <<http://acessoainformacao.ufsc.br/servico-de-informacao-ao-cidadao/>>. Acesso em: 21 maio 2013.

VIANNA, Túlio Lima. **Transparência pública, opacidade privada**: o direito como instrumento de limitação do poder na sociedade de controle. 2006. 206 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em:
<<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/5281/VIANNA%2c%20T%2c%3balio%20Lima%20%20Tese%20doutorado%20em%20Direito%20UFPR.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 jul. 2013.

APENDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SERVIDORES DA UFSC**Perfil do respondente**

[Q1]. Em qual faixa de idade o Sr.(a) se enquadra?

- ☐ 18 a 25 anos ☐ 26 a 35 anos
☐ 36 a 45 anos ☐ 46 a 55 anos
☐ 56 a 65 anos ☐ Mais de 66 anos

[Q2]. Qual é seu gênero:

1. ☐ Masculino 2. ☐ Feminino

[Q3]. E há quanto tempo o Sr.(a) trabalha no serviço público federal?

- ☐ Menos de 1 ano ☐ de 1 a 5 anos ☐ de 6 a 10 anos
☐ de 11 a 20 anos ☐ de 21 a 30 anos ☐ de 31 a 40 anos
☐ mais de 40

[Q4]. Qual o seu grau de escolaridade?

- | | |
|-----------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| 1. <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Incompleto | 2. <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental Completo |
| 3. <input type="checkbox"/> Ensino Médio Incompleto | 4. <input type="checkbox"/> Ensino Médio Completo |
| 5. <input type="checkbox"/> Ensino Técnico Incompleto | 6. <input type="checkbox"/> Ensino Técnico Completo |
| 7. <input type="checkbox"/> Ensino Superior Incompleto | 8. <input type="checkbox"/> Ensino Superior Completo |
| 9. <input type="checkbox"/> Pós Graduação Incompleto | 10. <input type="checkbox"/> Pós Graduação Completo |

[Q5]. Em qual setor o Sr. (a) está trabalhando no momento?

OPINIÕES SOBRE ACESSO À INFORMAÇÃO

[Q6]. O servidor público deve mais obrigações:

1. ☐ Ao Estado
2. ☐ À Sociedade
3. ☐ Ao Governo
4. ☐ Aos seus superiores hierárquicos
5. ☐ Aos seus colegas de trabalho
6. ☐ Outros. Quais: _____

[Q7]. Assinale a palavra que melhor caracteriza o servidor público:

1. ☐ Coletividade
2. ☐ Responsabilidade
3. ☐ Compromisso
4. ☐ Ascensão
5. ☐ Vocação
6. ☐ Estabilidade
7. ☐ Hierarquia
8. ☐ Eficiência
9. ☐ Outra. Especifique: _____

[Q8]. A implementação de uma política de amplo acesso do cidadão a informação pública tem como principal impacto **POSITIVO**: (MARCAR UMA OPÇÃO)

1. ☐ Mais transparência sobre as atividades da Administração Pública
2. ☐ Ampliação substancial do acesso a informação da Administração Pública
3. ☐ Aproximação entre o cidadão e a Administração Pública
4. ☐ Redução, combate e prevenção da corrupção
5. ☐ Maior respeito aos direitos humanos
6. ☐ Nenhum
7. ☐ Outro. Qual: _____

[Q9]. A implementação de uma política de amplo acesso do cidadão a informação pública tem como principal impacto **NEGATIVO**: (MARCAR UMA OPÇÃO)

1. ☐ Má utilização das informações obtidas
2. ☐ Aumento da carga de trabalho do servidor público

3. ☐ Solicitações excessivas e descabidas
4. ☐ Mais conflitos entre o cidadão e a Administração Pública
5. ☐ Nenhum
6. ☐ Outro. Qual: _____]

[Q10] O que pensa da ideia de se instituírem regras claras para o amplo acesso do cidadão às informações sob controle do Estado?

[Q11] Você considera que a administração pública está preparada para cumprir essa futura lei, ou não? Por quê? E a sua área, repartição ou unidade? Explique, por favor.

[Q12] Você crê que o funcionário que se negue a prestar informação solicitada por um cidadão deve ser responsabilizado por isso?

☐ Sim ☐ Não

[Q13] Você concorda que o Estado é o guardião da informação pública, mas esta pertence à sociedade?

☐ Sim ☐ Não

[Q14] Você concorda que todo cidadão tem o direito de acesso a qualquer informação pública (ou seja, aquela não classificada como sigilosa), sem precisar justificar sua solicitação, e a Administração Pública tem a obrigação de atendê-lo dentro de um prazo previamente estabelecido?

☐ Sim ☐ Não

[Q15]. Acrescente qualquer observação que julgue pertinente e útil à gestão da informação pública na área em que trabalha, ou em outras áreas da Administração Pública.

ANEXO A – MODELO DO QUESTIONÁRIO DA PESQUISA QUANTITATIVA

I – PERFIL DO RESPONDENTE

[Q1]. Em qual unidade está trabalhando atualmente:

[_____]

[Q1A]. Qual é seu cargo atual: [_____]

[Q2]. Há quanto tempo está trabalhando nesse cargo?

1. ☐ Menos de 1 ano 2. ☐ de 1 a 5 anos 3. ☐ de 6 a 10 anos 4. ☐ de 11 a 20 anos 5. ☐ de 21 a 30 anos 6. ☐ de 31 a 40 anos 7. ☐ mais de 40anos

[Q2A]. E há quanto tempo o Sr.(a) trabalha no serviço público federal?

1. ☐ Menos de 1 ano 2. ☐ de 1 a 5 anos 3. ☐ de 6 a 10 anos 4. ☐ de 11 a 20 anos 5. ☐ de 21 a 30 anos 6. ☐ de 31 a 40 anos 7. ☐ mais de 40 anos

[Q3]. Em qual faixa de idade o Sr.(a) se enquadra?

1. ☐ 18 a 25 anos 2. ☐ 26 a 35 anos 3. ☐ 36 a 45 anos 4. ☐ 46 a 55 anos 5. ☐ 56 a 65 anos 6. ☐ Mais de 66 anos

[Q4]. Qual é seu gênero:

1. ☐ Masculino 2. ☐ Feminino

[Q5]. Qual o seu grau de escolaridade?

1. ☐ Ensino Fundamental Incompleto 2. ☐ Ensino Fundamental Completo
3. ☐ Ensino Médio Incompleto 4. ☐ Ensino Médio Completo
5. ☐ Ensino Técnico Incompleto 6. ☐ Ensino Técnico Completo
7. ☐ Ensino Superior Incompleto 8. ☐ Ensino Superior Completo
9. ☐ Pós Graduação Incompleto 10. ☐ Pós Graduação Completo

[Q6]. Em qual estado o Sr. (a) está trabalhando no momento?

1. ☐ Acre - AC 2. ☐ Alagoas - AL 3. ☐ Amapá - AP
4. ☐ Amazonas - AM 5. ☐ Bahia - BA 6. ☐ Ceará - CE
7. ☐ Distrito Federal - DF 8. ☐ Espírito Santo – ES 9. ☐ Goiás – GO
10. ☐ Maranhão - MA 11. ☐ Mato Grosso – MT 12. ☐ Mato G do Sul MS
13. ☐ Minas Gerais – MG 14. ☐ Pará - PA 15. ☐ Paraíba – PB
16. ☐ Paraná – PR 17. ☐ Pernambuco - PE 18. ☐ Piauí – PI

19. ☐ Rio de Janeiro – RJ 20. ☐ Rio G. do Norte - RN 21. ☐ Rio Grande do Sul

- RS

22. ☐ Rondônia - RO 23. ☐ Roraima – RR 24. ☐ Santa Catarina SC

21. ☐ São Paulo – SP 22. ☐ Sergipe - SE 23. ☐ Tocantins - TO

[Q7]. Como Ingressou no serviço público?

1. ☐ Concurso 2. ☐ Cargo em Comissão

3. ☐ Outro.Qual: [_____]

II – OPINIÕES SOBRE ACESSO À INFORMAÇÃO

[Q8]. Como o Sr. (a) percebe a relação entre o Estado e a sociedade no Brasil?

1. ☐ A relação entre o Estado e a sociedade é próxima 2. ☐ A relação entre o

Estado e a sociedade é distante

[Q9]. O servidor público deve mais obrigações:

1. ☐ Ao Estado 2. ☐ À Sociedade

3. ☐ Ao Governo

4. ☐ Aos seus superiores hierárquicos 5. ☐ Aos seus colegas de trabalho

7. ☐ Outros. Quais: [_____]

[Q10]. Assinale a palavra que melhor caracteriza o servidor público:

1. ☐ Coletividade 2. ☐ Responsabilidade

3. ☐ Compromisso

4. ☐ Ascensão 5. ☐ Vocação

6. ☐ Estabilidade

7. ☐ Hierarquia 8. ☐ Eficiência

9. ☐ Outra. Especifique: _____

[Q11]. Gostaria que o Sr. (a) avaliasse alguns aspectos dizendo o quanto concorda ou discorda dos itens

mencionados (DT=Discordo totalmente; D=Discordo; C=Concordo; CT=Concordo totalmente; NS=Não

	ITENS	DT	D	C	CT	NS
1	O Estado é o guardião da informação pública, mas esta pertence à sociedade					
2	Todo cidadão tem o direito de acesso a qualquer informação pública (ou seja, aquela não classificada como sigilosa), sem precisar justificar sua solicitação, e a Administração Pública tem a obrigação de atendê-lo dentro de um prazo previamente estabelecido.					
3	O servidor público que se nega a prestar informação pública solicitada pelo cidadão deve ser responsabilizado por isso.					
4	Há informações que, pela sua natureza, devem ser eternamente mantidas sob sigilo.					

sei):

[Q12]. Com a adoção de uma política de amplo acesso a informação pública, qual entre os setores

abaixo mais faria solicitações?

1. ☐ O cidadão comum 2. ☐ Organizações não governamentais

3. ☐ Jornalistas

4. ☐ Empresas Privadas 5. ☐ Pesquisadores e Acadêmicos

6. ☐ Políticos

7. ☐ A Própria Administração Pública 8. ☐ Outros. Quais:

[_____]

[Q13]. A implementação de uma política de amplo acesso do cidadão a informação pública teria como

principal impacto POSITIVO: (MARCAR UMA OPÇÃO)

1. ☐ Mais transparência sobre as atividades da Administração Pública

2. ☐ Ampliação substancial do acesso a informação da Administração Pública

3. ☐ Aproximação entre o cidadão e a Administração Pública

4. ☐ Redução, combate e prevenção da corrupção

5. ☐ Maior respeito aos direitos humanos

6. ☐ Fortalecimento da credibilidade e melhoria da imagem da Administração

Pública

7. ☐ Aumento da confiança do cidadão na Administração Pública

8. ☐ Conscientização do servidor público quanto ao seu papel

9. ☐ Aumento da sua satisfação no trabalho.

10. ☐ Nenhum

11. ☐ Outro. Qual: [_____]

[Q14]. A implementação de uma política de amplo acesso do cidadão a informação

pública teria como principal impacto NEGATIVO: (MARCAR UMA OPÇÃO)

1. ☐ Má utilização das informações obtidas
2. ☐ Aumento da carga de trabalho do servidor público
3. ☐ Uso indevido dessas informações pela imprensa
4. ☐ Uso político das informações obtidas
5. ☐ Solicitações excessivas e descabidas
6. ☐ Maior burocratização (“emperramento da máquina”) da Administração Pública
7. ☐ Mais conflitos entre o cidadão e a Administração Pública
8. ☐ Vantagens desproporcionais e indevidas para grupos de interesses bem situados para obter essas informações e usá-las para seus fins privados
9. ☐ Alienação e desmotivação do servidor público
10. ☐ Nenhum
11. ☐ Outro. Qual: _____

[Q15]. Gostaria que o Sr. (a) avaliasse alguns aspectos dizendo o quanto concorda ou discorda dos itens mencionados (DT=Discordo totalmente; D=Discordo; C=Concordo; CT=Concordo totalmente; NS=Não sei):

	ITENS	DT	D	C	CT	NS
1	O benefício de uma política de amplo acesso a informação pública seria superior a qualquer ônus envolvido na sua implementação (tempo, trabalho, recursos, riscos).					
2	O ônus envolvido na implementação de uma política de amplo acesso a informação pública (tempo, trabalho, recursos, riscos) é superior a qualquer benefício.					
3	A implementação de uma política de amplo acesso a informação pública é importante, mas só deveria ser priorizada se não implicasse trabalho e custos adicionais					
4	A área em que Sr. (a) trabalha não teria dificuldade para implementar uma política de amplo acesso a informação pública porque já possui uma cultura de divulgar informações					
5	A área em que Sr. (a) trabalha não teria dificuldade para implementar uma política de amplo acesso a informação pública porque está estruturada para atender essas solicitações					
6	O Governo Federal está preparado para executar uma política de amplo acesso à informação pública.					

III – ESTRUTURA DA ÁREA LOCADA

[Q16]. Atualmente, na área em que o Sr. (a) trabalha, o atendimento de solicitações de acesso a informação pública formuladas pelo cidadão está a cargo de qual unidade? Marque uma opção:

1. ☐ Arquivo
2. ☐ Protocolo

- 3. ☐ Ouvidoria
- 4. ☐ Comunicação Social
- 5. ☐ A Unidade que detém informação solicitada
- 6. ☐ Não sei
- 7. ☐ Outra. Quais: _____

[Q17]. A área em que o Sr. (a) trabalha promove cursos e treinamentos sobre gestão de documentos e/ou segurança da informação com que regularidade? Marque uma opção:

1. ☐ Sempre 2. ☐ Algumas Vezes 3. ☐ Raramente 4. ☐ Nunca 5. ☐ Não Sei

[Q18]. A área em que o Sr. (a) trabalha possui sistema eletrônico de protocolo e tramitação de documentos?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não 3. ☐ Não sei

[Q19]. Acrescente qualquer observação que julgue pertinente e útil à gestão da informação pública na área em que V. trabalha, ou em outras áreas da Administração Pública.

[19]. O Sr. (a) tem conhecimento de que tramita no Congresso Nacional, com grande probabilidade de se converter em lei dentro em breve, um projeto que garante amplo acesso do cidadão à informação pública?

1. ☐ Sim 2. ☐ Não